

O PAPEL DA EXTENSÃO RURAL E A ABORDAGEM DO TURISMO JUNTO AS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS

Caroline Ciliane Ceretta¹
Nara Rejane Zamberlan dos Santos²

Resumo

Diante das novas atividades produtivas que se aproximam do campo, a extensão rural assume um papel fundamental de intermediar e esclarecer as neoruralidades e seus efeitos nas pequenas propriedades rurais. Neste aspecto, o estudo tem como objetivo geral analisar a atividade de extensão rural na organização do turismo em pequenas propriedades rurais. Especificamente, busca realizar uma abordagem sobre a extensão rural e o contexto local; identificar a relação entre a pequena propriedade rural e o turismo, bem como catalisar algumas alternativas de atividades turísticas. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como um artigo de revisão bibliográfica, com uma pesquisa de corte qualitativo composta por quatro capítulos e uma discussão reflexiva sobre os temas interdisciplinares. Como resultado, o estudo traz a necessidade de planejamento estratégico das novas atividades junto às propriedades rurais a fim de esclarecer o papel complementar do turismo como garantia da atratividade. Por fim o estudo sinaliza a atividade de turismo cada vez mais presente no meio rural onde os atores locais muitas vezes são incentivados a trocar as atividades tradicionais, sem conhecer os reais efeitos, recaindo na extensão rural o papel de articulador.

¹Bel e Mestre em Turismo, Docente da Universidade Federal de Pelotas. Campus Anglo. Pelotas, RS, Brasil. E-mail: carolineceretta@hotmail.com

² Eng. Agrônomo, Dra. Professora Adjunto da Universidade Federal do Pampa, *campus* São Gabriel, RS, Brasil. E-mail: narazamberlan@gmail.com

Palavras-chaves: complementaridade; extensão rural; neoruralidades; pequenas propriedades rurais; turismo.

THE ROLE OF EXTENSION ACTIVITIES AND TOURISM APPROACH THROUGH SMALL FARM ENTERPRISES

Abstract

Toward new production activities that find their space in the countryside areas, communitarian extension activities play a fundamental role of intermediating and enlightening the *new rural activities*, and their effects on small rural proprieties. Following this perspective, this study aims to analyse the extension activities of tourism organization in small farms enterprises. In a specific way, the study tries to create an approach about rural extension projects and its local context; to identify the aspects of the relationship between a small farm and the tourism, as well as identifying some other alternative touristic activities. The investigation started in terms of methodology with a literature review followed by a qualitative study with four chapters and a discussion about identified interdisciplinary themes. As a result the study brings the necessity of having a strategic planning to develop new activities along the small farms, to explain the supportive role of tourism as a guarantee of attractiveness. Eventually, the study identifies tourism activities more and more present in the countryside areas where, many times, local people are motivated to exchange their traditional production activities, without knowing its real effects, relapsing to the university the role of articulator.

Key words: extension activities; new rural activities; small farms; supportive complementing aspects; tourism

1. INTRODUÇÃO

Como uma atividade socioeconômica marcante do capitalismo moderno, o turismo vem se destacando, nos mais inusitados espaços, seja no deslocamento temporário por motivos de negócio, seja por lazer, educação, política, sociedade, tecnologia ou outro qualquer. Atrelado as inúmeras motivações dos deslocamentos, a atividade de turismo continua se segmentando no mercado global e com isso, o espaço urbano e o rural vão oportunizando novas atividades voltadas aos negócios, vivencias

culturais, entretenimento, produtos locais, experiências e serviços que atendam sua demanda.

A atual incisão do turismo no espaço rural tem repercutido em muitos discursos políticos, acadêmicos e econômicos, ao passo que na prática, as dificuldades, ilusões ou mesmo desconhecimento do setor estão na ponta de um problema ascendente, principalmente no espaço rural. Problema este atrelado a falta de orientações e articulações políticas e técnicas sobre as estratégias que envolvem a inserção de atividades voltadas ao turismo nas pequenas propriedades rurais.

Para o Ministério de Turismo (2010) uma das carências relacionadas ao mercado de trabalho em turismo está vinculada à eficiência e a efetividade da qualificação profissional no setor, com grande impacto na qualidade dos serviços prestados e na ampliação e valorização das ocupações em Turismo. As instituições que atuam na qualificação para o Turismo ainda carecem desenvolver um trabalho integrado, interdisciplinar, de modo a potencializar os resultados das ações esperadas, o qual Beni (2006) aponta como fundamental para o desenvolvimento sustentável da atividade no Brasil.

Embora as informações das diretrizes do turismo no espaço rural estejam cada vez mais acessíveis, ainda persistem dúvidas quanto às orientações que são transmitidas aos pequenos proprietários rurais sobre as dinâmicas que envolvem o desenvolvimento da atividade de turismo atualmente. Uma das preocupações é saber se os proprietários são ou não desafiados e estimulados inconseqüentemente a trabalhar com o turismo, numa solução imediata para as sucessivas crises da agricultura, sem importar a realidade dos fatos. No momento que as famílias rurais forem orientadas e capacitadas para identificar a atratividade dos recursos naturais e culturais de sua propriedade, bem como, as condições de comercialização impostas no cenário do turismo para a criação de um produto turístico no meio rural, o discurso equivocado da panacéia do turismo para a superação de todo e qualquer problema na crise econômica estará superado, o que ainda não acontece.

Com a preocupação de esclarecer a função sistêmica do turismo (Beni, 2003) e suas características no espaço rural, é que o estudo traz como objetivo geral analisar a atividade de extensão rural na organização do turismo em pequenas propriedades rurais e, especificamente, realizar uma abordagem sobre a extensão rural no contexto local; identificar a relação entre a pequena propriedade rural e o turismo, bem como, catalisar algumas alternativas de atividades

turísticas para que possam ser desenvolvidas nas pequenas propriedades.

Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como sendo de revisão bibliográfica, cujas informações foram baseadas em artigos científicos e documentos referentes à temática proposta. A análise do estudo o identifica como sendo de caráter qualitativo, contextualizado na atualidade e realidade brasileira em especial, do Rio Grande do Sul.

A discussão é composta por quatro momentos, sendo inicialmente realizada uma abordagem aos estudos de extensão rural e as ações no contexto atual. O segundo momento identifica a relação entre a pequena propriedade e o turismo. O terceiro aporte de reflexão traz a relação entre turismo e o desenvolvimento e, o quarto momento do estudo traz as reflexões da abordagem temática. Por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências teóricas utilizadas.

2. A EXTENSÃO RURAL E AS AÇÕES NO CONTEXTO ATUAL

A Extensão Rural é vista como instrumento de política pública cujas funções são o estímulo, a implantação e a consolidação de estratégias de desenvolvimento, tendo como prioridade o fortalecimento da agricultura familiar. Segundo Peixoto (2008) a assistência técnica e a extensão rural assumem importância fundamental no processo de comunicação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e por conhecimentos empíricos essenciais ao desenvolvimento rural, tanto no sentido amplo como de atividades específicas.

Para Callou (2006) as atividades atribuídas à Extensão Rural contribuem significativamente ao desenvolvimento rural sustentável, a gestão da comunicação, as novas ruralidades, a educomunicação, a agro ecologia, a economia solidária e, mais recentemente, a incubadora de cooperativas populares. Para Ormond (2006) o desenvolvimento rural sustentável se insere neste âmbito, significando o estabelecimento de programas que promovam o acesso à terra, o estímulo para a agricultura familiar e a diferenciação das economias rurais. É através da utilização de políticas públicas que desperta a diversificação das atividades econômicas locais, a valorização e conservação da biodiversidade e dos recursos ambientais e a diminuição das desigualdades sociais.

Atualmente não se concebe o olhar para o rural apenas como sistema de produção baseado no enfoque econômico, pois a complexidade das relações produtivas e a reorganização do espaço

rural o levaram a demandar uma nova dinâmica, marcada pela revalorização da natureza e pela interligação econômica entre os setores econômicos, conforme Soares (2006).

O Governo Federal (Brasil, 2005) tem buscado promover o desenvolvimento rural sustentável, a partir da implementação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. Esta é uma nova conjuntura política que toma por base a orientação de sistemas produtivos e estratégias de desenvolvimento rural sustentável norteados pelos princípios da Agroecologia. Figueira et al (2011) afirma que é de suma importância o papel do Estado, na manutenção e ampliação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento social e econômico da agricultura, especialmente a familiar, dentro de uma perspectiva que valorize os aspectos culturais, políticos e econômicos e, ainda, não abdique das responsabilidades de proteção ambiental.

Por outro lado, nas Universidades Públicas e Privadas do Brasil, as atividades de extensão junto às comunidades locais e regionais, ainda necessitam maior atenção política das Instituições a fim de que se possam articular novas oportunidades de estudos para os acadêmicos, principalmente no enfrentamento de situações-problemas e o retorno a sociedade que busca na Universidade o apoio técnico-científico. Entende-se uma extensão desenvolvida pelas universidades onde ocorra uma troca de saberes, acadêmico e popular, levando a democratização do conhecimento e a participação permanente da comunidade, num processo educativo, cultural e científico.

O estudo de Callou et al (2008) sobre o estado da arte do ensino de extensão rural no Brasil revelou que a situação ainda está longe de ser considerada ideal. Problemas de insuficiência de carga-horária na matriz curricular e conseqüentemente na formação do extensionista e a incipiência nos programas de ensino de graduação, das temáticas e de bibliografia que dêem conta da complexidade do rural na contemporaneidade foram apontados nos projetos de pesquisa e extensão, além dos cursos de graduação. Para os autores, as novas dinâmicas do desenvolvimento rural e o incentivo dos governos a agricultura familiar e a diversidade agrícola, retoma a importância dos cursos das ciências agrárias e sociais nas Universidades oportunizarem as práticas de extensão junto às comunidades rurais não, simplesmente, como uma disciplina de extensão rural, muitas vezes ofertada nos últimos semestres dos cursos de graduação, mas um componente curricular incorporado ao longo do curso permitindo uma formação continuada dos acadêmicos nas discussões a respeito do contexto rural.

No estudo de Callou et al (2008) realizado nas Universidades Públicas e Privadas do território nacional, os programas de ensino analisados ainda não refletem os avanços das discussões sobre a agricultura de base ecológica e desenvolvimento local, além de outros temas como as “novas ruralidades”, gênero, geração e etnias, e que por ora já estão presentes nas agendas do desenvolvimento rural nacional e internacional desde a década de 1990. Por fim, os autores evidenciaram que ainda persiste a carência de atividades relacionadas à extensão rural nas Universidades brasileiras pesquisadas.

No Rio Grande do Sul, a extensão rural é contemplada em muitas universidades tanto em nível de graduação, como de pós-graduação. Além das Universidades, as empresas de caráter específico como a Emater/RS, têm agregado em seus escritórios técnicos, profissionais das áreas de Agronomia, Engenharia Florestal, Veterinária, Zootecnia e técnicos de nível médio (Siliprandi,2002;Navarro,1999). Apesar de significativa interdisciplinaridade de áreas de interesse, os técnicos das áreas sociais ainda são a minoria, como exemplo, das extensionistas de bem estar social, com uma defasagem significativa nos quadros de sociólogos, antropólogos, assistentes sociais, turismólogos e administradores, entre outros, evidenciando a necessidade de agregar mais equipes multi e transdisciplinares na nova abordagem territorial de desenvolvimento.

Com relação à área da extensão rural voltada ao turismo no Rio Grande do Sul, a Emater trabalha há vários anos com turismo rural, porém a área consolidou-se institucionalmente somente a partir de 2004. Desde então, é dado incentivo, apoio e assessoramento aos agricultores familiares no desenvolvimento de atividades de criação e qualificação de empreendimentos, rotas e roteiros de turismo em todo o Estado. A Emater participa do Fórum Estadual de Turismo e do Grupo Gestor de turismo rural do RS.

Desde 2010, a instituição conta, no seu quadro funcional permanente, com um profissional turismólogo que coordena a atividade em nível estadual. Conforme as informações obtidas por correio eletrônico (Emater, 2012), a perspectiva em relação ao Turismo é de que essa atividade possa gerar renda complementar as famílias rurais e que possa servir como alternativa para a comercialização e valorização dos produtos da agricultura familiar. Devido a interdisciplinaridade do turismo, a Emater procura trabalhar o turismo aliado as ações de resgate da cultura local, gastronomia, gestão ambiental, agroindústria e artesanato, gênero, juventude, principalmente.

Na Emater (2012), os eixos de atuação são: melhoria da infra-estrutura de empreendimentos (embelezamento, saneamento, organização da propriedade, etc.); atendimento ao turista (hospitalidade, boas práticas, auto cuidado, higiene e comunicação); transformação de alimentos, resgate da gastronomia local, orientação sobre normas e legislações pertinentes à área, participação nas instâncias de gestão locais, apoio a divulgação e promoção do turismo rural na agricultura familiar através da participação nos principais eventos agropecuários do RS, entre outras. Essas ações são realizadas através de atividades participativas, individuais e coletivas como: visitas, palestras, excursões, cursos, oficinas, entre outros, sempre junto às parcerias locais e regionais. O público prioritário é a agricultura familiar (incluindo pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária).

Dado as dinâmicas socioambientais e as novidades com que as atividades voltadas ao meio rural estão vivenciando nas últimas décadas, Tonet (2008) considera que há necessidade de um novo papel ou postura da extensão rural frente às necessidades atuais, devendo os trabalhos de extensão rural estar baseados no desenvolvimento ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente justo, garantindo assim o acesso a informação bilateral, onde o novo ator social tenha voz, clareza e participação no processo de desenvolvimento do qual ele faz parte. É necessário inserir o ator social nas decisões do que está sendo proposto pelas entidades governamentais em relação às atividades de extensão.

Apesar das dificuldades da extensão rural no Brasil em termos institucionais, a falta de apoio e de recursos, bem como a sua própria natureza conceitual das ações, se percebe uma forte tendência a uma nova organização da extensão rural, buscando atuar na realidade do local, com ênfase no desenvolvimento sustentável e do território, tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos. Para Caporal & Costabeber (2002) a nova extensão rural adota uma visão dos agroecossistemas como uma totalidade, o que implica a exigência de formação continuada dos extensionistas, de modo a reconhecer a importância da participação dos atores sociais no processo, inclusive sobre as crescentes atividades não-agrícolas, como exemplo do reconhecimento do turismo como “nova ruralidade” presente.

Procura-se, potencializar estilos de desenvolvimento endógeno, e promover o uso parcimonioso dos recursos naturais e meios disponíveis, relativos às formas culturais, sociais, políticas, assim como às bases econômicas existentes, o que Schneider

(2004) chama de novo enfoque do desenvolvimento rural, apoiado no alargamento da abrangência espacial, ocupacional e setorial do Rural. Nesse sentido, as ações de contexto local devem se pautar na busca de parcerias com os governos e instituições locais, valorizando a participação da sociedade civil na gestão de ações, onde as atividades extensionistas são fundamentais.

3. A RELAÇÃO ENTRE A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL E O TURISMO

Conceber o turismo no espaço rural atual, não tem sido uma tarefa fácil no Brasil. As constantes mudanças e inovações das atividades propostas resultam de exigências das demandas consumidoras que fazem os mercados se adequarem em busca de competitividade para atender estas exigências. Essa realidade faz com que a oferta de produtos e serviços se especialize cada vez mais, o que acontece, por exemplo, com as atividades de turismo no espaço rural.

Para se ter uma idéia, as iniciativas sobre o turismo rural por ordem do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR (1998) e o Ministério da Agricultura iniciaram em 1998, quando foi realizada oficialmente na primeira oficina de Planejamento denominada Subsídios ao Plano Nacional de Turismo Rural. Na época, o conceito de turismo rural foi apresentado como “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (EMBRATUR, 1998, p.15).

Além do turismo rural, outros conceitos foram então sendo articulados e estabelecidos para compor a atividade de turismo no espaço rural brasileiro, a qual se vinculava também as atividades de lazer e esportivas que ocorrem alheias ao meio em que estavam inseridas. Assim, o turismo no espaço rural é identificado como sendo as atividades praticadas no meio não urbano com várias modalidades definidas conforme a oferta, seja o turismo rural, agroturismo, turismo ecológico, ecoturismo, turismo de aventura, de saúde, arborismo, turismo cultural, esportivo, entre outras. (Graziano da Silva et al, 2000).

Por outro lado, a confusão terminológica dos estudos turísticos para o espaço rural, como nas terminologias TER – Turismo no espaço rural; TAR – Turismo em áreas rurais; TR – Turismo rural, também eram motivos de preocupação, pois na

Europa, os estudos sobre as atividades de turismo no espaço rural iniciaram de maneira muito informal, com fluxos espontâneos e quase exclusivamente para saborear a gastronomia no campo e caminhar na mata e logo foi fortemente subsidiada pelos governos, no sentido de se manterem preservadas as práticas rurais tradicionais.

Na década de 1960, os fluxos no espaço rural na Espanha eram limitados ao entorno dos centros urbanos. A industrialização deslocava a mão-de-obra agrícola para as cidades em busca de melhores condições de vida, chegando o turismo rural somente a partir da década de 1980, no chamado Turismo de retorno, que objetivava a valorização das zonas rurais deprimidas e a busca de alternativas a massificação e saturação do turismo litorâneo. Na França dos anos de 1980, em meio à busca da sustentabilidade também na agricultura iniciou a implantação de pequenos hotéis e restaurantes para revitalizar a área rural. Na Itália, na década de 1970, atividade de turismo rural marcava a exploração da produção de queijos e vinhos, com degustações e a participação no processo produtivo local, respaldada pela Associação Nacional de Agricultura – Roma, que buscava sensibilizar a opinião pública para a proteção da natureza e das áreas rurais.

Em Portugal, o Turismo no espaço rural iniciou com os registros em 1978, no chamado turismo de habitação em solares e aldeias vistos como uma alternativa de desenvolvimento de áreas rurais no interior e para combater o êxodo rural da época. A nova concepção de desenvolvimento na Europa, desta vez, voltado as práticas do espaço rural tinha, entre outras finalidades, a concepção de buscar uma alternativa para o turismo massivo do litoral europeu; de proteção da natureza; de estimular e recuperar a autenticidade rural; de mostrar o turismo como atividade complementar; de cooperação de base local e oportunidade de associativismo, apoio financeiro estatal. De certa forma, isso também justificava o desconhecimento da efetiva contribuição do turismo no espaço rural no Brasil nos primeiros movimentos da atividade na década de 1980.

Assim, a evolução de conceitos e terminologias também foram primordiais para dar condições da atividade ser compreendida e se adequar. Aos poucos surgem os pioneiros do turismo no espaço rural brasileiro no município de Lages em Santa Catarina, no Sul do País. A região de Lages, antes de ser considerada capital nacional do turismo rural, era um local de parada na travessia do Planalto Serrano Catarinense para o Estado do Rio Grande do Sul. Conta Zimmermann (2001), que a base produtiva das propriedades rurais em Lages era a pecuária, praticada nas inúmeras propriedades

existentes e a exploração da madeira. Com a escassez da madeira nativa, foram necessárias mudanças e, em 1986, alguns produtores rurais resolveram diversificar sua área de atuação, abrindo suas propriedades para visitantes que iam passar o final de semana e vivenciar o dia-a-dia nas fazendas.

Os serviços foram se organizando rapidamente e entre as atividades propostas para entreter os visitantes, nas propriedades rurais citavam-se caminhadas, trilhas ecológicas, passeios a cavalo, passeios de charrete, de trator, de barco e de canoa. Surgia também a oferta de pedalinho nos açudes, o acompanhamento das lidas rurais, o restaurante típico, com café colonial ou campeiro, o pesque e pague, o colhe e pague, e outras atividades recreativas. As modalidades de hospedagem também ganharam espaço, como a oferta de *camping*, hotel-fazenda, fazenda hotel, pousada, *spas* e segunda residência campestre.

Em cada estado do Brasil, as modalidades de turismo no espaço rural foram reunindo as especificidades de uma demanda que por ora, minimizava o uso do turismo de sol e praia, massivo, em espaço urbano, para um espaço rural mais ameno, sem aglomerados de pessoas, na busca ar do campo, menos poluído e com forte apelo ao ambiente natural e cultural, agregado as tradições culturais para compartilhar com o visitante. Para Cavaco (2006), o campo passou a ser idealizado pela qualidade do ambiente e dos modos de vida, seus ritmos calmos e naturais, os silêncios, a tranqüilidade e as solidariedades fraternas. Isso solidificou o turismo no espaço rural, que ao diversificar-se, também passou a se fragmentar em diversos destinos, modalidades e práticas turísticas, menos passivas.

As preocupações de Camargo e Delgado (2000) durante o 2º Congresso Brasileiro de Turismo Rural no Brasil foram significativas, pois defenderam a conciliação entre a atividade turística e a produção agrícola, explicitando que um empreendimento dentro da categoria turístico-rural deve ter na propriedade, um compromisso visível com a produção primária também, ou seja, interdependência e complementaridade. Para o autor, a influência dos grupos ligados a agricultura familiar é inquestionável quando o assunto é turismo rural, pois após longos discursos e confusão conceitual decorrentes das novas modalidades de turismo no espaço rural, importava que a atividade surgia para compartilhar com o campo, as oportunas integrações seja no âmbito social, de valorização cultural, seja no âmbito econômico, de valorização dos produtos e das propriedades que buscam diversificar a renda da família rural.

No estado do Paraná, por exemplo, o turismo rural tem como fundamento o tropeirismo, as romarias religiosas e os roteiros gastronômicos. Em Santa Catarina o turismo rural é marcado pela transformação das fazendas em pousadas rurais identificando a perspectiva européia, como o exemplo da Fazenda Pedras Brancas, uma das pioneiras no Brasil. Além da Fazenda Barreiro, da Asa verde, da Fazenda Ciclone e da Boqueirão. As atrações são específicas em cada uma das fazendas, sempre valorizando a cultura e a história da colonização. Algumas das fazendas de turismo rural possuem a atividade de agroturismo em suas características, entendida como uma das modalidades de turismo no espaço rural. O agroturismo acontece a partir da integração da atividade a uma propriedade rural ativa, de organização e gestão familiar, com a presença do proprietário, como forma complementar de renda e de trabalho. A atividade pressupõe o contato direto do turista com o meio rural, usufruindo do alojamento na propriedade e participando das atividades rotineiras da fazenda (Cavaco, 2006).

No Rio Grande do Sul, as experiências extensivas, se apoiam na colonização européia, produção de uvas e vinho e na hospedagem rural. Atualmente 41 roteiros e rotas de turismo no espaço rural são divulgados pelo Governo Estadual, distribuídos em 11 regiões turísticas conforme a Secretaria de Turismo do estado do Rio Grande do Sul (2012), as quais estão as regiões de Yucumã; Hidrominerais; Missões; Rota das Terras; Serra Gaúcha; Central; Vales; Grande Porto Alegre; Litoral Norte Gaúcho; Costa Doce e Pampa Gaúcho.

No entanto, a relação entre o espaço rural e o turismo tem assumido alguns enfrentamentos não só conceituais, mas de ordem de organização física, social e política, o que se deve, principalmente, a falta de esclarecimento e mesmo qualificação dos atores nos espaços rurais para atender as exigências do turismo nos lugares de sua prática. Além disso, a falta de informação nos portais de informação *online* tem contribuído para uma realidade pouco competitiva no Rio Grande do Sul, por exemplo, onde a atividade é ingênua e amadora na maioria dos casos. Também há que atentar ao fato de que o espaço rural pode estar sendo codificado pelo patrimônio e protagonizado por estratos sociais intelectualizados com poder econômico, sem prática ou conhecimento do campo.

Um dos maiores problemas atrelado ao desconhecimento da atividade é o de permitir que haja o consumo simbólico duplo, ou seja, inclusive do protagonista social, com a profissionalização do típico, numa reinvenção do rural, de novos produtos desprovidos de tradições. Outros enfrentamentos que ainda dificultam a atividade de

turismo de desenvolver-se sustentavelmente surgem no afã de novos proprietários rurais que buscam usar o campo para explorar o turismo, numa visão economicista e lucrativa somente.

Para Cavaco (2006), as debilidades estruturais do turismo resultam da falta de enquadramento e gestão, que causam tensões e conflitos no uso dos espaços, nos desequilíbrios ambientais e paisagísticos. Também resultam da diversidade dos recursos, dos produtos e atores que se envolvem, bem como suas estruturas pulverizadas em micro e pequenas empresas, largamente dominantes. Não somente estes, mas a autora enfatiza também que o individualismo associado tradicionalmente as estratégias de sobrevivências das famílias camponesas, a incipiência do associativismo de base local e regional, a ausência de profissionalismo e um forte amadorismo quanto ao turismo.

Nesse contexto, o problema é ainda maior quando a exploração em grande escala do empreendimento no espaço rural acaba também com o turismo, principalmente, pela falta de tranqüilidade e de áreas naturais, pois a tentação economicista é uma ameaça (investidores em demasia) ficando a comunidade local limitada ao lucro dos investidores, tornando-se dependentes e ameaçadas pela produtividade exigida. Por tudo, o problema culminará na concorrência e não a complementaridade do turismo com as atividades agrícolas, o que de fato, inviabiliza e destrói com a propriedade, numa ruralidade longínqua de ser ideal.

Entretanto, é claro o desafio que a atividade de turismo ainda necessita superar nos espaços rurais, principalmente quando as propriedades agrícolas e não-agrícolas desconhecem a exigências desta modalidade. Três questões são essenciais neste discurso e surgem como um desafio a ser superado. Como garantir o desenvolvimento sustentável do turismo no espaço rural? Como evitar que a pequena propriedade rural utilize o turismo como uma atividade principal de renda deixando a agricultura familiar em segundo plano, capaz de inverter a atividade produtiva? No afã do lucro, como garantir ao agricultor e ao empreendedor, a necessidade de sustentabilidade turística no espaço rural?

Outros aspectos socioeducativos podem ser considerados para esclarecer o uso do turismo nas pequenas propriedades que por ora possuem estruturas familiares muito vulneráveis em termos econômicos e contábeis, ativos humanos na base dos respectivos agregados familiares debilitados e sem formação ajustada ao desempenho, entre outras funcionalidades e especificidades decorrentes de ações de comercialização da atividade.

A apresentação aos atores locais das possibilidades de uso do turismo são premissas para o processo de diagnóstico, acolhida e capacitação via sensibilização e educação para o turismo, numa linguagem acessível e eficaz de organização e gestão do turismo no espaço rural. Como exemplo, as cartilhas de educação para o turismo são uma alternativa para iniciar os trabalhos nas localidades onde as propriedades têm potencial. A Emater evidentemente é um dos canais para as atividades de turismo ser referenciadas.

As práticas ambientais, com a restrição e controle do volume de atividades e pessoas são necessários para garantir a sustentabilidade dos futuros empreendimentos, bem como as políticas públicas para garantir o desenvolvimento sustentável das atividades e não descaracterizar o meio rural. A partir do diagnóstico inicial, as diretrizes do turismo rural confirmam a necessidade de planejamento estratégico sustentável e a organização da cadeia produtiva do turismo como um todo.

Em termos práticos, Cavaco (2006) aponta que os produtos criados nos espaços rurais devem estar contextualizados, viabilizados e integrados de forma governamental e organizacional, e que a oferta seja uma compósita de produtos e serviços competitivos, num quadro de concorrência alargada, nacional e global, sem jamais esmagar as iniciativas de base endógena e local.

Contudo, a relação entre propriedade rural e o turismo devem estar diretamente conectados, respondendo inteligente e adequadamente os interesses sociais, culturais, ambientais, políticos e econômicos do desenvolvimento sustentável. Só assim, o turismo poderá ser um vetor complementar de desenvolvimento plausível e de efeitos positivos nas propriedades rurais.

4. O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E A PROPRIEDADE RURAL

Dentre as mudanças impostas nos tempos atuais Brixius (2004) verifica que apenas a produção na propriedade não é suficiente para manter uma família no campo. A constatação do autor é fruto das transformações no mundo do trabalho no meio rural brasileiro. Para Tonet (2008) o modelo tecnicista adotado como instrumento de desenvolvimento do setor agrícola, levou a uma crise econômica, política e ambiental, traduzida pela degradação dos recursos naturais, pelo empobrecimento da população do meio rural, fortalecimento do êxodo rural e pelo crescente aumento dos custos de produção.

Conforme Callou (2006, p.3) após as crises ocorridas na década de 1990 com a substituição dos modelos de regulação social e econômico fundamentado nas ações do estado para outras formas de organização (governamental, para-governamental e não governamental) emerge a noção de desenvolvimento local como estratégia para resolver, através de uma dinâmica de “concertar” os territórios, os problemas de exclusão social gerados pelos processos contraditórios de globalização de inclusão e exclusão. Nesse sentido, Silva (2010) aponta que a Extensão Rural possui um papel importante no estabelecimento de diretrizes capazes de promover o desenvolvimento local no novo cenário que se constrói no meio rural, a partir do surgimento de novas atividades produtivas e, conseqüentemente, de novos hábitos sociais e culturais entre as populações rurais.

O desenvolvimento local pode ser entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local (Jesus, 2003). Neste sentido, Buarque (2002) aponta que o desenvolvimento local pode ser definido como o aproveitamento das potencialidades endógenas de uma localidade em prol da melhoria das condições de vida de sua população que diante da necessidade de diversificar a renda do homem rural e fixá-lo ao campo, foram estimuladas novas formas para superar a crise, pois as atividades como a agricultura e a pecuária começaram a dar lugar também ao turismo rural, considerado como uma nova oportunidade de gerar renda e empregos diretos e indiretos (Fontana e Dencker, 2006).

Para Lima et al (2007) o desenvolvimento local corresponde a um processo de melhoramento geral da qualidade de vida e do bem-estar de uma comunidade, com profundo respeito e consideração pelas reais necessidades e aspirações desse povo. As atividades turísticas no espaço rural para Graziano da Silva & Campanhola (2000), devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não-materiais existentes nas propriedades rurais, a partir do tempo livre das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão de obra externa. Neste contexto, para que o Turismo Rural possa ser concebido como uma atividade complementar às atividades produtivas convencionais é fundamental o entendimento e a percepção dos atores envolvidos sobre produtores da nova perspectiva econômica e ambiental, onde requerem das entidades e

de seus agentes um novo papel a ser desempenhado para o desenvolvimento sustentável.

Desde o ano de 2005 a Emater/RS lançou o Programa de Turismo Rural Gaúcho cabendo a mesma orientar e dar assistência na implantação de ações; assessorar as diversas etapas das atividades para a formação de produtos turísticos rurais e promover a divulgação de projetos, e possibilitando aos municípios atuar na gestão dos projetos de turismo, na viabilidade das ações para o desenvolvimento sustentável e na organização de atividades de pesquisa, estudos, relatórios e avaliações. Porém, antes de qualquer processo de assistência há de se pensar em um processo educativo o que não se limita ao transmitir informações e conhecimentos, mas um aprendizado que permita transformações no sujeito e produção de novos valores.

O agricultor precisa estar bem esclarecido com relação às intenções das instituições e propostas de projetos (Ribeiro & D'agostini, 2010), pois diante do risco de algo novo e desconhecido, como irá utilizar o turismo rural e também continuar com as atividades agrícolas? Para Pedron & Klein (2004), a falta de conhecimento da atividade, a insegurança e o medo do fracasso econômico frente a nova oportunidade, tornam-se os maiores obstáculos para os produtores. Pedron et al (2008) bem lembra que quando iniciaram as tratativas no município de Jaguari na região central do Rio Grande do Sul, a exploração do turismo rural de forma organizada tinha resistência dos agricultores, cuja postura retraída devia-se tanto por motivos sociais quanto culturais.

Um dos grandes desafios para a implantação do Turismo Rural refere-se em estabelecer segurança e proporcionar a capacitação das populações rurais para o exercício das atividades não-agrícolas, conforme lembra Graziano da Silva et al. (2002) ao defender que a passagem de atividades agrícolas para não-agrícolas não é automática e exige grande esforço para o aprendizado. A recepção a uma nova atividade, totalmente desconhecida pelo produtor demandará informações e desenvolvimento de habilidades, além do estímulo a capacidade empreendedora. Meireles & Giuliani (2003) complementam que serão exigidos conhecimentos específicos para capacitá-lo a organizar e interagir com seu negócio.

O turismo rural sustentável segundo Schneider & Fialho (2000) constitui-se numa atividade complexa que exige requisitos como a capacitação e qualificação da mão-de-obra, conhecimento e programas de divulgação e conscientização. Então, a quem cabe este processo de construção do conhecimento, somado ao estímulo, animo e apoio a esta nova atividade possível ao produtor rural?

A Extensão Rural pode promover um processo de ensino-aprendizagem com um poder de agregar, mobilizar e transformar preconceitos e atitudes, respeitando as diferentes experiências e diversidades do locus de estudo e estabelecendo ações de diferentes saberes para reconhecer a singularidade e potencialidade dos locais. Fernandes & Botelho (2006, p.24) consideram que a única forma de fazer com que o serviço de extensão rural realmente alcance seus propósitos de mudança e desenvolvimento no meio rural será a partir da percepção deste espaço como um espaço onde se estabelecem múltiplas relações, que estão diretamente correlacionadas e que atuam na formação de novos vínculos.

Todas as políticas a serem estabelecidas para o fomento do Turismo Rural devem estar pautadas no diálogo baseado no reconhecimento aos aspectos culturais, na valorização histórica e no respeito aos atores envolvidos, permitindo aos mesmos serem os protagonistas da transformação de suas realidades com confiança e apoio.

5. REFLEXÕES DA ABORDAGEM TEMÁTICA

De origem estatal e fortemente elitizada na Europa o turismo rural começou pelo topo da pirâmide sócio-profissional. No Brasil, o modelo europeu é comprovado, caracterizado pela quase total ausência de complementaridade com a agricultura e pouco valorizada em termos de patrimônio cultural e de tradição histórica. Por particularidades de organização culturais e diante do processo de transformação do meio rural brasileiro, sejam no modo de vida, nos costumes, no trabalho e nas atividades econômicas produtivas, novos atores sociais surgem no meio rural para reforçar o debate em torno de novas ruralidades. Importa que, dentre estas e outras transformações, o setor agrícola e o turístico enfrentaram e ainda enfrentam um processo dinâmico de transformações, de reutilização e usos de seus espaços, de incorporação de pluriatividades, de multifuncionalidades, de novos programas governamentais para o uso da terra e, principalmente, de movimento social que ambas se deparam.

O turismo rural, juntamente com a produção agropecuária, é mais um produto capaz de gerar emprego e divisas locais, motivo do qual se expande na esfera global sem precedentes. Nessa perspectiva, o turismo passou a ser defendido como uma nova e promissora alternativa de renda, de trabalho, de emprego, de valorização cultural, de diversificação produtiva e de forte presença no movimento global, capaz de valorizar e contribuir sócio e

economicamente para o desenvolvimento dos espaços que dele se apropriarem. Assim, o turismo rural, ao ser promovido como uma oportunidade de chegar às pequenas propriedades rurais provoca transformações na vida dos diferentes atores, como aponta Caporal & Costabeber (2000), quando refere-se

ao processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de intervenção-ação participante que permitem o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade (Caporal & Costabeber 2000, p.33).

A distância entre o discurso e prática deve ser superada, pois tem prejudicado o desenvolvimento sustentável da atividade porque em muitos casos, a implantação da atividade turística no meio rural é feita de forma improvisada e sem planejamento estratégico, acarretando sérios problemas ambientais, social e econômico para as propriedades e as comunidades locais. O planejamento estratégico para a implantação da atividade turística deverá dar conta para evitar a urbanização do espaço rural e garantir o complemento às atividades agrícolas das propriedades rurais, de tal forma que o cotidiano da vida rural, continue a existir, sem prejudicar o lazer, o tempo livre e os costumes tradicionais das famílias rurais que passam a trabalhar com o turismo rural de forma complementar.

Diante de uma realidade do espaço rural imposta pelos processos de globalização e de políticas governamentais, o turismo vem aos poucos se impondo e expandindo-se como uma das novas atividades nos territórios rurais, que ao ser articulado em sistemas integrados de produção agrega valor às propriedades rurais, articulando produtos locais de pequenas agroindústrias; serviços de hospedagens rurais; roteiros de visitação a lavouras, açudes e campos, entre outras voltadas à alimentação. Neste sentido, Queiroz (2005, p.6) reforça a característica transdisciplinar e multissetorial do turismo permitindo a valorização dos aspectos naturais, da cultura e da atividade produtiva das comunidades familiares, e estimulando, também, a recuperação e conservação da economia do território. Este processo de mudanças no mundo rural provocará o surgimento e adoção de novas práticas ambientais e empreendedoras onde se verifica a assimilação de um ideário de valores sociais e culturais. Cabem ações governamentais, da

sociedade civil e empresarial de forma que o homem rural identifique seus valores, tradições, saberes e símbolos num processo de qualificação e revalorização do rural.

À Extensão Rural compete provocar mudanças nas metodologias adotadas e impor um diálogo com base em práticas educativas e fundamentadas em projetos de mudanças sociais e ambientais definido pelos modos de apropriação dos diferentes grupos. Os novos desafios da Extensão Rural propõem trabalhos interdisciplinares e integrados as estratégias de desenvolvimento associados aos temas sociais, econômicos, políticos e ambientais, resultantes das comunidades locais. É neste contexto de mudanças que o Turismo Rural surge como uma opção e um desafio não somente aos agricultores, mas aos próprios extensionistas e agentes de desenvolvimentos que deverão aportar conhecimento, informações e metodologias para o desenvolvimento de ações pertinentes ao tema, bem como a resolução de possíveis conflitos inerentes as organizações sociais.

A construção coletiva das atividades de Turismo Rural deve embasar-se na troca de saberes permitindo experienciar e partir para um processo inovador pautado nos recursos endógenos à propriedade e a comunidade. O espaço rural deverá alterar sua tradicional concepção e buscar através do turismo integrar múltiplos usos de caráter ambiental, produtivo e social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de uma realidade do espaço rural imposta pelos processos de globalização e de políticas governamentais, o turismo vem aos poucos se impondo e se expandindo como uma das novas atividades nos territórios rurais. O processo de mudanças no mundo rural provocará o surgimento e adoção de novas práticas ambientais e empreendedoras, onde se verifica a assimilação de um ideário de valores sociais e culturais. Nesse ínterim, não se visa apenas atender as demandas produtivas e econômicas, mas também na produção das relações de poder responsáveis pelas ações e nos processos de organização social. Cabem ações governamentais, de inclusão e parcerias da sociedade civil e empresariais de forma que o homem rural resgate seus valores, tradições, saberes e símbolos num processo de qualificação e revalorização do rural.

À Extensão Rural compete provocar mudanças nas metodologias adotadas e um diálogo com base em práticas educativas e fundamentadas em projetos de mudanças sociais e ambientais junto aos atores sociais redefinido pelo novo modo de

valorização dos diferentes grupos. Os novos desafios impostos à Extensão Rural propõem trabalhos interdisciplinares e integrados subordinados aos temas sociais, econômicos, políticos e ambientais, produto de diagnósticos participativos com a contribuição e interação das comunidades. É neste contexto de mudanças que o Turismo no espaço rural surge como uma opção e um desafio não somente aos agricultores, mas aos próprios extensionistas que deverão aportar conhecimentos, informações e metodologias para desenvolvimento de ações pertinentes ao tema bem como a resolução de possíveis conflitos inerentes as organizações sociais.

A construção coletiva das atividades de Turismo deve embasar-se na troca de saberes permitindo experienciar e partir para um processo inovador pautado nos recursos endógenos à propriedade e a comunidade. A pluriatividade do mundo rural é a forma de manter o agricultor no campo, através do fenômeno da multiplicidade de formas de trabalho e renda, alterando sua tradicional concepção e buscando, através do turismo, por exemplo, integrar múltiplos usos de caráter ambiental, produtivo e social.

Através do incremento de novas atividades se promove a revalorização dos territórios rurais, visto até então apenas como a base da produção agrícola e da pecuária, sujeito as inconstâncias climáticas e as oscilações de renda, bem como predisposto ao abandono, o qual pode e deve passar a ser objeto de atração através de seus elementos naturais, da beleza cênica, da cultura e dos saberes. Trata-se de um processo que envolve transformações na identidade e postura dos diferentes atores, pois a implantação e a integração de novas relações sócio-econômicas e culturais requerem incentivos e políticas inovadoras a fim de articular novos ambientes de discussões, aprendizados e troca de experiências, com o intuito de mudanças conscientes na realidade hoje vivenciada.

Vale ressaltar que a inserção das atividades de turismo rural nas pequenas propriedades se reverte em benefícios sociais, econômicos e ambientais, quando integradas e articuladas por ações provenientes da extensão rural a qual cabe a geração, adaptação e inovação do conhecimento tecnológico e científico dinamizados pelos saberes rurais.

7. REFERÊNCIAS

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 9ed. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

_____. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Editora Aleph, 2006. (Série Turismo).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria da Agricultura Familiar. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural. Brasília: Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural**, 2005.

BRIXIUS, L. Extensão Rural no RS prioriza agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. **Extensão Rural e Desenvolvimento Rural Sustentável** Porto Alegre, v.1,n.1, set/dez 2004, p.24-29.

BUARQUE, S. **Construindo o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Geramond, 2002.

CALLOU, A. B. F. Extensão rural e desenvolvimento local: significados contemporâneos. **UNl revista** ,v. 1, n 3, 2006.

CAPORAL, F. R, COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.1, jan/mar, 2000.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Construindo uma Nova Extensão Rural no Rio Grande do Sul. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.4, out/dez 2002.

CAVACO, C. Regionalização do turismo em áreas rurais a partir da oferta? In: ALMEIDA, J. A.; SOUZA, Marcelino de (Org). **Turismo Rural: patrimônio, cultura e legislação**. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2006.

EMATER – RS. Informações sobre o turismo rural via correio eletrônico por Elisabeth Szilágyi, Turismóloga da Emater-RS/ **ASCAR**, julho de 2012.

FERNANDES, R. A. U.; BOTELHO, M. I. V. A Reestruturação da Extensão Rural: da Tecnologia à Valorização dos Vínculos. p.6-11. In: AMODEU, N.B.P. & ALIMONDA, H. (org). **Ruralidades, Capacitação e Desenvolvimento**. Viçosa: Ed.UFV, 2006.

FIGUEIRA, T. de A. et al. Desenvolvimento rural sustentável e agropolos. **Extensão Rural**, DEAER/PPGExR – CCR – UFSM, Ano XVIII, n.21, Jan – Jun, 2011.

FONTANA, R. F.; DENCKER, A.F.M. Turismo Rural: desencontros de uma realidade. In: IV SEMITUR - SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: Universidade Federal de Caxias do Sul, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. **O Novo Rural Brasileiro**: Políticas Públicas. Jaguariúna, São Paulo: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. et al. Turismo em áreas rurais. In: ALMEIDA, J. A. et al (Org). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 2ed. Santa Maria: UFSM, 2000. p. 15-62.

GRAZIANO DA SILVA, J. ; DEL GROSSI, M. E. ; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro?. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2002, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2002. V1, p. 107-112.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO – EMBRATUR. Brasil. Ministério da Agricultura. Oficina de Planejamento. **Subsídios ao Plano Nacional de Turismo Rural**. Brasília: Relatório de Oficina, jul 1998.

JESUS, P. Desenvolvimento local. In: CATANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p.72-75.

LIMA, V. R. de; MARINHO, M.; BRAND, A. História, identidade e desenvolvimento Local: questões e conceitos. **Historia & Perspectivas**, v.(36:37) ; pg. 366-388, jan.dez 2007.

MEIRELES, B. M. L. P. & GIULIANI, A. C. Empreendedorismo: Características Superlativas do Empreendedor Rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 4, 2003, Piracicaba. **Anais...** O Turismo como Vetor do Desenvolvimento Rural Sustentável. Piracicaba - SP: Ed. FEALQ, 2003. pg. 281-287.

MINISTÉRIO DE TURISMO. Turismo no Brasil: 2011- 2014. Documento referencial, 2010. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/21Documento_Referencial.html Acesso em 24 jul 2012.

NAVARRO, A. C. **Política agrícola, desenvolvimento e extensão rural**. 1999. 18 p. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação na Disciplina Extensão Rural (Mestrado) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

ORMOND, J. G. P. **Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais**. Rio de Janeiro: BNDES, 2006.

PEDRON, F. de A. & KLEIN, A.L. Políticas públicas para atividade de Turismo Rural: estudo da utilização dos recursos do PRONAF. **Extensão Rural**, Santa Maria, RS, UFSM. n.11.jan/dez, 2004.p.91-103.

PEDRON, F. de A.; ALMEIDA, J.A; SOUZA M. de. Avaliação do planejamento do Turismo Rural no Roteiro *Nostra Colônia*, Jaguari-RS. **Revista Turismo Visão e Ação-Eletrônica**, v.10,n.02,p.263-285, mai/ago.2008.

PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil- uma abordagem histórica da legislação**. Brasília: Senado Federal, 2008 (Texto para discussão 48).

QUEIROZ, P. G. de. Turismo Rural e Desenvolvimento Local na Agricultura Familiar. In: XLIII CONGRESSO DA SOBER "Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial" 2005, Ribeirão Preto, **Anais...** Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural,2005.

RIBEIRO, M.B. & D'AGOSTINI, L.R. Agricultura Familiar, Agroecologia, desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade: o uso da linguagem no âmbito do rural. **Extensão Rural**, DAER/PPGExR-CCR-UFSM, n.20, jul-dez 2010, p.27-48.

SCHNEIDER, S. & FIALHO, M. A. V. Atividades não-agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: Almeida, J.A. & Riedl, M. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. São Paulo: EDUSC, 2000, p. 15-50.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias** (Dossiê). Ano 6, nº 11. Porto Alegre, jan/jun 2004. pp 88 -125

SILIPRANDI, E. Desafios para a extensão rural: o "social" na transição agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002.

SILVA, J. P. **Hibridação cultural, turismo rural e desenvolvimento local no Engenho Itamatimir, em Pernanbuco**. 2010.124p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local). Universidade Federal de Pernanbuco, 2010.

SOARES, G. Desenvolvimento local e territorialidade. In: TAVARES, J. R.; RAMOS, L. (Org.). **Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus: IDAM, 2006. p. 35-52.

TONET, R. M. Algumas sugestões sobre o novo papel da extensão rural frente ao desenvolvimento local sustentável. **Informações Econômicas**, SP, v.38, n.10, out. 2008.

ZIMMERMANN, A., Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: Almeida, J. A.; Froelich, J. M.; Riedl, M. (Orgs). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2001.

Trabalho recebido em: 3 de outubro de 2012

Trabalho aprovado em: 11 de dezembro de 2012